



Simulados Finais **AL MS**

Analista Legislativo
Área Administrativa

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Analista Legislativo - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/xDYtt6Z8V8dw4Nt26>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/nEyh>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

Algumas das características deste mundo emergente já estavam inscritas nas dinâmicas transformadoras da tecnologia e da sociedade, mas a pandemia e sua gestão as aceleraram. Esse é o caso da digitalização das nossas atividades e da nossa organização social, sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais. O teletrabalho veio para ficar, o que significa novos tipos de relações laborais, de proteção do trabalhador, de formas de vida familiar e habitacionais, incluindo a tendência crescente de descentralizar a residência em áreas atualmente despovoadas que podem recuperar sua vitalidade. A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial, especialmente necessário nos primeiros anos, alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual.

Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará sob pena de receber uma reprimenda política. Ou o emprego, cuja transição para uma situação pós-crise, que ainda levará pelo menos dois anos de acordo com a OCDE, seguirá exigindo uma cobertura dos governos. Que exigirá um novo sistema tributário, menos centrado na diminuição da renda e mais focado na tributação das empresas globais que mal pagam impostos e nas transações dos mercados financeiros onde a riqueza se acumula. Isso exigirá uma coordenação das políticas fiscais, o que no nosso contexto significa aprofundar a União Europeia. Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.

Da mesma forma, as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica e da inovação empresarial em novas fontes de energia, como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte, por exemplo o

aéreo, sem o qual as atuais companhias aéreas sofrerão uma crise ainda mais profunda do que a resultante da inevitável restrição de viagens no curto prazo.

Adaptado de <<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/um-novo-mundo>>

1. A tese central desenvolvida no texto fundamenta-se na proposição de que:

- a) A pandemia foi o agente exclusivo das transformações sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas no mundo contemporâneo, sem as quais essas mudanças jamais teriam ocorrido.
- b) A digitalização da sociedade representa uma ameaça à dimensão humana dos trabalhadores, devendo ser limitada por políticas públicas de proteção ao emprego tradicional.
- c) As transformações aceleradas pela pandemia exigem respostas estruturais coordenadas nas esferas do trabalho, da tributação, da saúde e das políticas climáticas para a consolidação de um novo modelo civilizatório.
- d) A União Europeia constitui o único modelo institucional capaz de responder adequadamente aos desafios impostos pelo mundo pós-pandêmico às democracias ocidentais.
- e) A crise climática representa a principal ameaça ao mundo emergente, sobrepondo-se em importância às transformações no trabalho e nos sistemas tributários.

2. No segmento "Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará", a expressão "Por outro lado" estabelece uma relação de sentido que indica:

- a) Oposição entre o caráter público da saúde e o modelo privado de organização social descrito no parágrafo anterior.
- b) Adição de uma nova dimensão argumentativa ao conjunto de transformações apresentadas no parágrafo anterior.
- c) Consequência direta das mudanças no teletrabalho sobre a organização do sistema de saúde pós-pandêmico.
- d) Comparação entre modelos distintos de proteção social adotados por diferentes países no período pós-crise.
- e) Concessão às críticas dos que defendem a primazia do setor privado na gestão dos sistemas de saúde.

3. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está *plenamente* observada, considerando-se a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) A pandemia e sua gestão aceleraram dinâmicas que já estava inscrita nas transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.
- b) Existe, no contexto pós-pandêmico, diversos desafios relacionados à reestruturação dos sistemas tributários globais.
- c) A tributação das empresas globais e das transações financeiras exige uma coordenação das políticas fiscais entre os países.
- d) Tanto o teletrabalho quanto a educação a distância representa transformações permanentes no mundo pós-pandêmico.
- e) Houveram impactos profundos nos meios de transporte decorrentes das políticas contra as mudanças climáticas.

4. A afirmação de que a digitalização ocorre "sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais" permite inferir que o autor:

- a) Manifesta ceticismo em relação à viabilidade da digitalização como modelo sustentável de organização social e do trabalho.
- b) Reconhece o risco de desumanização inerente aos processos de digitalização, defendendo que tal risco pode ser gerenciado.
- c) Propõe a limitação da digitalização aos setores econômicos em que a presença humana seja dispensável.
- d) Considera que a dimensão emocional e consciente dos seres humanos é incompatível com o ambiente digital de trabalho.
- e) Sugere que a pandemia criou condições únicas para que a digitalização se expandisse sem comprometer a humanidade.

5. No trecho "como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte", o travessão foi empregado para:

- a) Indicar uma mudança de interlocutor no discurso, sinalizando a inserção de uma voz externa ao argumento principal.
- b) Introduzir uma informação complementar que desdobra as consequências práticas do investimento mencionado anteriormente.
- c) Delimitar uma citação indireta incorporada ao discurso do autor para reforçar a argumentação com dados externos.
- d) Marcar uma pausa que separa duas orações de igual relevância argumentativa no período.
- e) Isolar uma informação secundária que poderia ser omitida sem prejuízo para o sentido principal do período.

6. Assinale a opção em que a reescrita do segmento "*Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia*" preserva integralmente o sentido original e a correção gramatical:
- a) A manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia será impossível caso não haja tributação comum e novos recursos provenientes de estratégias fiscais inovadoras.
 - b) Não sendo possível uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, os fundos de solidariedade intraeuropeia não serão mantidos.
 - c) Desde que haja uma tributação comum e mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.
 - d) A tributação comum e os novos recursos fiscais serão possíveis somente se os fundos de solidariedade intraeuropeia forem mantidos adequadamente.
 - e) Sem tributação comum ou sem mais recursos das novas estratégias fiscais, a manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia tornar-se-á possível.
7. No período "A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial... alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual", a forma verbal "alie-se" foi empregada no subjuntivo para expressar:
- a) Uma certeza sobre a inevitável integração entre ensino presencial e virtual no mundo pós-pandêmico.
 - b) Uma hipótese contingente cuja realização depende das condições enunciadas na oração principal.
 - c) Um desejo explícito do autor de que o ensino presencial seja integrado ao ensino virtual nas escolas.
 - d) Uma condição necessária e suficiente para que o sistema híbrido de educação seja implementado.
 - e) Uma ação habitual que já se verifica no sistema educacional contemporâneo como resultado da pandemia.
8. No período "*as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica*", o segmento destacado exerce a função sintática de:
- a) Oração subordinada adjetiva restritiva, especificando quais políticas climáticas efetivamente dependem da investigação científica.
 - b) Oração subordinada adjetiva explicativa, acrescentando informação sobre a natureza das políticas climáticas mencionadas.
 - c) Oração subordinada adverbial causal, indicando a razão pela qual as políticas climáticas dependem da investigação científica.
 - d) Oração coordenada explicativa, justificando a urgência das políticas contra as mudanças climáticas.
 - e) Oração subordinada substantiva apositiva, explicando o conteúdo das políticas climáticas mencionadas.
9. O emprego do verbo "aceleraram" no segmento "a pandemia e sua gestão as aceleraram" sugere, no contexto argumentativo do texto, que:
- a) A pandemia foi a causa única e exclusiva das transformações sociais e tecnológicas observadas no mundo contemporâneo.
 - b) As mudanças descritas no texto são fenômenos inteiramente novos, criados artificialmente pela emergência sanitária global.
 - c) A pandemia precipitou processos de transformação que já possuíam dinâmica própria, antecipando sua consolidação.
 - d) A gestão da pandemia foi mais determinante do que a própria crise sanitária para a produção das mudanças estruturais.
 - e) A aceleração das transformações gerou desequilíbrios que precisam ser corrigidos para que

10. Segundo a lógica argumentativa do segundo parágrafo, a necessidade de um novo sistema tributário decorre diretamente de:

- a) A ineficiência dos governos europeus na gestão dos recursos públicos durante o período de recuperação pós-pandêmica.
- b) A exigência de financiamento para a cobertura governamental do emprego durante a transição para a situação pós-crise.
- c) A pressão dos mercados financeiros por maior regulação internacional das transações especulativas globais.
- d) A necessidade de ampliar os gastos militares dos países europeus face ao novo cenário geopolítico global.
- e) O aumento da demanda por serviços públicos de saúde resultante do envelhecimento das populações europeias.

Texto 02

SEGREDOS DO MATO GROSSO DO SUL

O Mato Grosso do Sul
Tem muitos segredos
Mas só alguns
Eu vou contar
Porque tem gente
Que não é daqui
Não conhece
Nunca ouviu falar
Que no espelho d'água
Do rio da Prata Maria se mira
Com seu colar de contas
Enquanto entoa seu murmurar
Araras azuis cantam
Um estridente taramelar
Cruzam o céu vermelho
Do fim da tarde
Para onde se volta o olhar

Mato Grosso do Sul
Tem segredos, mas
Só alguns eu vou contar
Tamanduá estica

Sua língua pegajosa
No formigueiro de saúvas
Bem no pé do carandá
Camufla seu corpo
Com os longos pelos da cauda
Para ninguém encontrar

Paulo Portugal

11. O propósito discursivo central do poema fundamenta-se na proposição de que:

- a) O Mato Grosso do Sul é uma região inacessível e hermética, cujos segredos jamais poderão ser completamente revelados a pessoas de fora.
- b) A natureza do Mato Grosso do Sul constitui uma realidade ameaçada, que precisa ser preservada do desconhecimento de quem não é da região.
- c) O eu lírico assume o papel de mediador entre a riqueza natural e cultural da região e um interlocutor que a desconhece, partilhando seletivamente seus mistérios.
- d) O poema critica a indiferença das pessoas que não conhecem o Mato Grosso do Sul em relação à sua fauna e flora características.
- e) A revelação dos segredos da região é condicionada ao pertencimento cultural do interlocutor, sendo vedada a quem não nasceu no Mato Grosso do Sul.

12. No segmento "Porque tem gente / Que não é daqui / Não conhece / Nunca ouviu falar", a oração "Porque tem gente" exerce a função de:

- a) Oração coordenada explicativa, justificando a razão pela qual o eu lírico decidiu revelar apenas alguns segredos.
- b) Oração subordinada adverbial causal, indicando o motivo que leva o eu lírico a compartilhar os segredos da região.
- c) Oração subordinada substantiva objetiva direta, complementando o sentido do verbo "contar" da estrofe anterior.
- d) Oração coordenada aditiva, acrescentando uma nova informação ao conjunto de razões que motivam o eu lírico.
- e) Oração principal, da qual dependem as orações relativas que a sucedem e que caracterizam "gente".

13. O vocábulo "taramelar", empregado no verso "Araras azuis cantam / Um estridente taramelar", possui, no contexto do poema, o sentido de:

- a) Tagarelice ou falatório incessante, humanizando as araras através de uma comparação implícita com o comportamento humano.
- b) Voo em formação característica, descrevendo o padrão de deslocamento das araras pelo céu do Mato Grosso do Sul.
- c) Som repetitivo e agudo produzido pelas araras, que o eu lírico qualifica simultaneamente como estridente e musical.
- d) Ritual de acasalamento específico das araras azuis, associado ao contexto do fim da tarde na região.
- e) Movimento de cauda característico das araras durante o voo, que produz o som descrito como estridente.

14. Os verbos empregados ao longo do poema ("se mira", "entoa", "cantam", "cruzam", "estica", "camufla") predominantemente no presente do indicativo expressam:

- a) Ações pontuais ocorridas no momento exato da enunciação do poema, conferindo imediatismo e presença à cena descrita.
- b) Ações habituais e atemporais que caracterizam permanentemente a fauna e a paisagem da região, conferindo às cenas um caráter universal e intemporal.
- c) Ações passadas recuperadas pela memória afetiva do eu lírico, que as presentifica para criar efeito de proximidade com o interlocutor.
- d) Ações futuras projetadas como certas, expressando a convicção do eu lírico sobre a permanência da natureza regional.
- e) Ações condicionadas à visita do interlocutor à região, expressando o que ele poderá observar caso decida conhecer o Mato Grosso do Sul.

15. A estrutura do poema organiza-se em torno de uma progressão que pode ser descrita como:

- a) Anúncio da revelação parcial → justificativa do anúncio → revelação das cenas → reiteração do anúncio → novas revelações, em movimento que alterna promessa e cumprimento.
- b) Descrição da fauna → descrição da flora → descrição das tradições culturais → síntese das características regionais.
- c) Apresentação do problema (desconhecimento) → desenvolvimento das soluções (revelação) → conclusão moral (preservação da natureza).
- d) Introdução geográfica → caracterização climática → descrição da biodiversidade → análise das tradições culturais locais.
- e) Narração de um dia completo na região, do amanhecer ao anoitecer, com descrição dos elementos naturais em ordem cronológica.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

16. João e Carla, técnicos da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), possuem, cada um, uma certa quantidade de processos para analisar. Em um determinado momento, Carla transferiu para João uma parte dos processos que estavam sob sua responsabilidade, de modo que João ficou com o triplo de processos que tinha inicialmente e Carla ficou com a metade dos processos que tinha inicialmente.

Inicialmente, a quantidade de processos que Carla possuía correspondia a

- a) metade da quantidade de processos de João.
- b) a mesma quantidade de processos de João.
- c) o dobro da quantidade de processos de João.
- d) o triplo da quantidade de processos de João.
- e) o quádruplo da quantidade de processos de João.

17. Baseado em uma força-tarefa realizada no semestre anterior, o coordenador da Assembleia Legislativa do MS (ALMS) montou uma tabela com o objetivo de planejar quantos analistas legislativos serão necessários para realizar o mesmo trabalho no final deste semestre. A tabela montada é a seguinte:

Semestre	Número de analistas envolvidos	Carga diária (por analista)	Produção semestral (em projetos)
1º	30	8 horas	500
2º	X	6 horas	400

Considerando-se idênticas, do 1º para o 2º semestre, as condições de trabalho e a produtividade da mão de obra, o valor de X, indicado na tabela, quando comparado ao número de analistas envolvidos no 1º semestre, deverá ser

- a) aumentado em 12 unidades.
- b) aumentado em 7 unidades.
- c) aumentado em 2 unidades.
- d) diminuído em 12 unidades.
- e) diminuído em 2 unidades.

18. Para participar de um treinamento na Assembleia Legislativa do MS (ALMS), estão presentes no plenário servidores efetivos e comissionados. A razão entre o número de servidores efetivos e o de servidores comissionados é de 13 para 17. Sabendo-se que 40% dos servidores efetivos e 60% dos servidores comissionados trouxeram seus notebooks para a atividade, então, em relação ao número total de pessoas presentes no plenário, aqueles que não trouxeram notebooks representam, aproximadamente,

- a) 48,7%.
- b) 50,6%.
- c) 52,5%.
- d) 54,3%.
- e) 56,4%.

19. Os Projetos de Lei Alfa, Beta e Gama estão agendados em uma pauta de votação da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), nessa ordem, ou seja, Beta será votado após Alfa e Gama será votado após Beta.

Sabe-se que:

- O Projeto Beta está exatamente no meio da pauta, ou seja, há tantos projetos agendados antes dele quanto após ele.
- Há 7 projetos agendados entre os Projetos Alfa e Beta.
- Há 10 projetos agendados entre os Projetos Beta e Gama.
- O Projeto Alfa ocupa a posição 12 da pauta.

Nessa pauta, o número de projetos agendados para votação após o Projeto Gama é

- a) 7.
- b) 6.
- c) 10.
- d) 8.
- e) 6.

20. Considere os seguintes números:

4,6262262226... e 0,181181118...

A soma da 30ª casa decimal do primeiro número com a 24ª casa decimal do segundo número é igual a

- a) 3.
- b) 5.
- c) 7.
- d) 10.
- e) 14.

21. O coordenador de recursos humanos da Assembleia Legislativa do MS (ALMS) aplicou uma avaliação de desempenho para os servidores de um determinado setor. A média aritmética das notas obtidas pelos servidores foi de 8,0. Após uma análise de recursos interpostos, 10 servidores tiveram suas notas aumentadas em um ponto cada e a nova média das notas do setor passou a ser 8,2. A quantidade de servidores nesse setor da ALMS é

- a) 30.
- b) 35.
- c) 40.
- d) 45.
- e) 50.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

22. Tibruço analisando a constituição federal viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. Assim como Conselho Nacional do Ministério público. Lendo o texto Tibruço ficou duvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente a luz do texto constitucional que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.

b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.

c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;

e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

23. No Brasil, é possível que seja decretado o estado de de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. De acordo com a Constituição Federal de 1988, tal dispositivo burocrático configura-se como ato extremo, de competência

- a) privativa do Presidente da República.
- b) privativa do Conselho da Defesa Nacional.
- c) privativa da Câmara dos Deputados.
- d) exclusiva do Senado Federal.
- e) exclusiva do Congresso Nacional.

24. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, Tibério analisando a constituição chegou a seguinte conclusão correta que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supra legais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

25. Suponha que Tibério e Geruza, casados, cidadãos holandeses, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Geruza deu à luz prematuramente ao seu filho Clóvis. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Clóvis

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

26. Tibério, deputado federal eleito pelo rio de janeiro, após completar 29 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. No meio do caminho a referida caminhada foi paralisada pela polícia, ela alegou que a referida reunião não era legítima. Neste caso em tela Tibério poderá ajuizar qual remédio constitucional para proteger seu direito de reunião:

- a) ação popular, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra(Brasília).
- b) Habeas corpus, podendo qualquer pessoa impetrar.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) mandado de segurança individual.
- e) habeas data.

27. De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. A forma de estado pelo Brasil será:

- a) Composta;
- b) Presidencialista;
- c) Republicana;
- d) democrática;
- e) unitária.

28. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

29. No Estado de Serra Clara, a Governadora Lívia anunciou uma reforma administrativa. Em parte dela, reorganizou secretarias e criou novos órgãos internos para melhorar a gestão de políticas públicas. Em outro eixo, encaminhou projeto de lei para autorizar a criação de uma entidade com personalidade jurídica própria, destinada a executar de modo descentralizado determinada atividade administrativa, com estrutura, patrimônio e regime próprios.

Além disso, o Estado firmou contrato de concessão de serviço público com uma empresa privada e, em cooperação com Municípios, celebrou ajuste para formar um consórcio público com personalidade jurídica de direito público, voltado a executar atividades comuns de interesse regional.

No que se refere à organização da Administração Pública (Administração direta e indireta), assinale a opção **correta**.

- a) União, Estados, Municípios e Distrito Federal são entidades administrativas e integram a

Administração Indireta, pois são pessoas jurídicas de direito público interno voltadas à prestação de serviços.

- b) Concessionários e permissionários, por realizarem atividade administrativa por delegação estatal, integram automaticamente a Administração Indireta.
- c) A Administração Direta Federal compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, enquanto a Administração Indireta Federal abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, dotadas de personalidade jurídica própria.
- d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público não se vincula à Administração Indireta, pois se trata de associação entre entes federativos, sem integração administrativa.
- e) A criação de autarquias e a instituição de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações podem ocorrer por decreto do Chefe do Executivo, sendo a lei específica dispensável

30. A respeito das espécies de atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) Os atos normativos possuem caráter individual e concreto, sendo editados para resolver situações específicas e dirigidos a destinatários determinados, como ocorre com a nomeação de servidor ou a concessão de licença a um particular;
- b) Os atos ordinatórios são expedidos com a finalidade de organizar o funcionamento interno da Administração, disciplinar a atuação dos servidores e orientar a execução de atividades administrativas, como ocorre com ordens de serviço, instruções e portarias internas;
- c) Os atos negociais são aqueles por meio dos quais a Administração impõe obrigações aos administrados independentemente de sua concordância, como ocorre na aplicação de multas ou na imposição de sanções administrativas;
- d) Os atos punitivos destinam-se exclusivamente à organização interna da Administração, sendo utilizados para distribuir tarefas, ordenar atividades e estabelecer rotinas administrativas;
- e) Os atos enunciativos possuem natureza sancionatória, sendo editados para aplicar penalidades aos administrados ou servidores que descumpram normas administrativas

31. O Município Alfa instituiu norma que condiciona o funcionamento de estabelecimentos comerciais à obtenção prévia de alvará de funcionamento.

Durante fiscalização de rotina, o servidor público Carlos, regularmente investido no cargo e no exercício de suas atribuições legais, constatou que o estabelecimento explorado por Daniela operava sem a autorização exigida.

Diante da irregularidade verificada, Carlos determinou a interdição imediata do local, lavrando o respectivo auto administrativo, sem submeter previamente a medida ao Poder Judiciário.

No que se refere aos poderes da Administração Pública, especialmente ao poder de polícia administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) A medida adotada pelo servidor é ilegítima, pois a Administração Pública somente pode restringir atividades econômicas mediante autorização judicial expressa, sob pena de violação ao direito de livre iniciativa.
- b) A atuação configura abuso de poder, uma vez que o poder de polícia não admite a imposição direta de medidas restritivas sem prévia instauração de processo administrativo definitivo.
- c) A providência adotada é incompatível com o poder de polícia, pois atos que restringem direitos individuais dependem, como regra, de ordem judicial para sua execução.
- d) A conduta do servidor encontra respaldo no poder de polícia administrativa, que autoriza a Administração Pública a condicionar, restringir ou limitar direitos individuais, de forma coercitiva e autoexecutória, desde que observados os limites legais.
- e) O poder de polícia somente pode ser exercido de maneira repressiva, após a ocorrência de dano concreto ao interesse público, sendo vedada sua utilização preventiva

32. Em relação ao controle da Administração Pública, especialmente quanto ao controle interno e ao controle externo, assinale a opção **correta**.

- a) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Executivo, não alcançando os atos administrativos praticados no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- b) O controle externo caracteriza-se pela fiscalização decorrente da relação de subordinação hierárquica existente entre órgãos e entidades administrativas.
- c) O controle externo realizado pelos Tribunais de Contas restringe-se à análise dos atos administrativos praticados exclusivamente pelo Poder Executivo.
- d) O controle de mérito administrativo pode ser exercido amplamente pelo Poder Judiciário sempre que houver alegação de lesão ou ameaça a direito.
- e) O controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, tem por finalidade fiscalizar os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da Administração Pública, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação das subvenções e renúncias de receitas

33. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, especialmente quanto aos requisitos para sua configuração, às causas excludentes ou atenuantes, à reparação do dano e ao direito de regresso, assinale a opção **correta**.

- a) A teoria do risco administrativo fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, admitindo, contudo, hipóteses de exclusão ou mitigação do dever de indenizar, como a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito e a força maior.
- b) A responsabilidade civil do Estado pressupõe a comprovação de dolo ou culpa do agente público causador do dano, pois somente assim se legitima o dever estatal de indenizar o particular prejudicado.
- c) O dever de indenizar surge automaticamente com a demonstração do nexo causal entre a atuação

estatal e o evento, sendo dispensável a comprovação da existência de dano efetivo.

- d) O direito de regresso contra o agente público decorre de forma automática da condenação do Estado ao pagamento da indenização, independentemente da análise da conduta do agente.
- e) A responsabilidade civil do Estado por omissão possui natureza sempre objetiva, bastando a comprovação do dano e do nexo causal para a configuração do dever de indenizar

34. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca das modalidades de licitação e das hipóteses de contratação direta, assinale a alternativa **correta**.

- a) Na modalidade leilão, exige-se registro cadastral prévio dos interessados e fase formal de habilitação, sendo a homologação do certame realizada somente após análise completa da documentação dos licitantes.
- b) No diálogo competitivo, a Administração deve estabelecer prazo mínimo de 15 dias úteis para manifestação de interesse dos interessados após a divulgação do edital em sítio eletrônico oficial.
- c) A Lei nº 14.133/2021 admite a criação de novas modalidades de licitação pela Administração, desde que compatíveis com os princípios da eficiência e da economicidade.
- d) É inexigível a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, devendo, nesse caso, haver avaliação prévia do bem, considerando seu estado de conservação, os custos de eventuais adaptações e o prazo de amortização dos investimentos.
- e) A contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para implementação de cisternas destinadas ao acesso à água em regiões afetadas pela seca configura hipótese de inexigibilidade de licitação

35. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018 estabelece hipóteses em que é admitida a transferência internacional de dados pessoais. Considerando o disposto da referida lei, assinale a alternativa **correta**.

- a) A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida quando o país destinatário possuir legislação idêntica à Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.
- b) A transferência internacional de dados pessoais é vedada quando destinada a organismos internacionais, ainda que apresentem nível adequado de proteção de dados pessoais.
- c) É permitida a transferência internacional de dados pessoais quando o controlador oferecer garantias de cumprimento dos princípios e direitos previstos na LGPD, podendo tais garantias ser demonstradas por meio de selos, certificados ou códigos de conduta regularmente emitidos.
- d) A cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, investigação e persecução penal não autoriza a transferência internacional de dados pessoais, por envolver informações sensíveis.
- e) O consentimento do titular não constitui fundamento válido para a transferência internacional de dados pessoais, pois a LGPD admite apenas hipóteses baseadas em interesse público

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Emerson Bruno

36. De acordo com o previsto no Regimento Interno da ALMS, a Sessão Legislativa Ordinária ocorrerá:

- a) de 15 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- b) de 1 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- c) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) de 1 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- e) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 2 de agosto a 22 de dezembro.

37. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o Presidente é o representante da Assembleia quando ela houver de se enunciar coletivamente, o dirigente dos seus trabalhos e o fiscal da ordem, tudo na conformidade do Regimento. Dessa forma, NÃO constitui competência do Presidente.

- a) Interromper o orador que desviar da questão em discussão, falar sobre o vencido ou faltar com a consideração devida à Assembleia ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra.
- b) Autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Assembleia, ressalvada a competência das comissões.
- c) Dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Assembleia.
- d) Proceder à chamada dos deputados nas votações nominais.
- e) Visar a Carteira de Identidade Parlamentar fornecida aos deputados.

38. Sobre as comissões temporárias no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) As Comissões Especiais serão constituídas para dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição e projetos de código, lei orgânica, divisão territorial, estatutos e consolidações.
- b) As Comissões de Representação têm por finalidade tratar de assunto previamente determinado, em nome do Parlamento, e serão constituídas pela Mesa Diretora ou mediante requerimento subscrito, no mínimo, por oito deputados, encerrando-se após apresentação de relatório em Plenário.
- c) A Assembleia Legislativa, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos na Constituição, em Lei e no Regimento.
- d) As comissões temporárias são as de representação, especial e de inquérito.
- e) As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados por indicação do Presidente da Assembleia.

39. Conforme previsão da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, NÃO constitui uma competência privativa da Assembleia Legislativa:

- a) Sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.
- b) Fixar subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado.
- c) Fixar de uma para outra legislatura a remuneração dos Deputados.
- d) Dispor sobre a transferência temporária da sede do governo estadual.

e) Autorizar o Governador a realizar operações de crédito ou compromissos gravosos ao patrimônio do Estado.

40. Conforme previsto na Lei nº 6.278, de 16.07.2024 - Estatuto dos servidores do Poder Legislativo, a posse do servidor ou servidora deve ocorrer:

- a) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- b) no prazo de vinte dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais vinte dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- c) no prazo de sessenta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- d) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- e) no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Elisabete Moreira*

41. A evolução da Administração Pública é marcada pela transição entre modelos que buscam maior eficiência e legitimidade, a exemplo da Administração Pública Gerencial, introduzida no Brasil pela Reforma do Estado de 1995, realizada no âmbito do MARE, que teve como característica:

- a) Basear-se na confiança limitada e no controle de processos e normas legais.
- b) Priorizar o controle de resultados e a descentralização de decisões para as unidades executoras.
- c) Fortalecer o modelo patrimonialista ao permitir a nomeação de cargos por meio de critérios técnicos.
- d) Definir que a eficiência é alcançada pela centralização do poder na alta cúpula.
- e) Rejeitar qualquer prática de gestão oriunda do setor privado.

42. No âmbito da Gestão da Qualidade, o ciclo PDCA é uma ferramenta fundamental de melhoria contínua, levada ao Japão por Deming. Utilizado nas organizações para gerenciar os processos internos, a etapa "Check" do ciclo PDCA consiste em:

- a) Executar as tarefas conforme foram previstas no plano de ação.
- b) Identificar as causas raízes dos problemas.
- c) Monitorar e medir os processos e resultados em relação aos objetivos e requisitos do serviço.
- d) Adotar ações para corrigir as variações e padronizar os processos que deram certo.
- e) Treinar os colaboradores nos novos métodos de atendimento ao público.

43. A estrutura organizacional deve ser adequada à estratégia e ao ambiente, por isso foram desenvolvidos diversos modelos, com vistas a se adequar às necessidades das organizações. Sobre a Estrutura Matricial, é correto afirmar que:

- a) É caracterizada pela unidade de comando, onde cada subordinado responde a apenas um chefe.
- b) Elimina a especialização funcional em favor de uma visão mais generalista e adaptativa.
- c) Assemelha-se à estrutura linear, sendo a forma mais simples e antiga de organização.
- d) É a estrutura mais indicada para ambientes estáveis e tarefas repetitivas.
- e) Sobrepõe a departamentalização funcional à departamentalização por produtos ou projetos.

44. O processo decisório consiste na escolha do caminho mais adequado a ser seguido, optando-se por alternativas ou possibilidades para resolver problemas ou aproveitar oportunidades e foi a partir dos estudos de Herbert Simon que se introduziu o conceito de racionalidade limitada, originando o conceito de homem administrativo. Sobre essa teoria, assinale a alternativa correta:

- a) O decisor possui as informações necessárias e escolhe a alternativa ótima.
- b) O processo de decisão é intuitivo, descartando qualquer análise de dados.
- c) As decisões não programadas não são estruturadas e dispensam o uso da racionalidade.
- d) As decisões programadas são estruturadas e inovadoras.
- e) Devido à escassez de tempo e à complexidade, o decisor busca soluções satisfatórias.

45. Na Gestão por Processos, a modelagem de processos utiliza o mapeamento para entender o funcionamento do negócio. O nível de detalhamento que representa o fluxo físico e lógico de tarefas, incluindo entradas e saídas, é denominado:

- a) Macroprocesso.
- b) Processo.
- c) Subprocesso.
- d) Atividade.
- e) Cadeia de Valor.

46. O controle é uma das funções administrativas responsável por monitorar as atividades e assegurar que a organização se mantenha no rumo traçado. Segundo a literatura, o controle responsável pela inspeção da qualidade dos bens é denominado:

- a) Controle Preventivo
- b) Controle Simultâneo.
- c) Controle de *Feedback*.
- d) Controle Estratégico.
- e) Controle Operacional

47. O planejamento estratégico utiliza o *balanced scorecard* (BSC) como uma ferramenta de gestão, voltado para comunicar e acompanhar a consecução da estratégia da organização, priorizar o equilíbrio organizacional e

- a) Avaliar as perspectivas internas, ponderar os indicadores e atribuir maior peso às perspectivas mais importantes.
- b) Adaptar suas perspectivas para as peculiaridades de uma organização pública, observando a redistribuição e ponderação dos pesos.
- c) Utilizar uma matriz de equalização, com vistas a adequar os indicadores financeiros e contábeis à realidade da organização.

d) Permitir uso nas organizações públicas, ponderando os indicadores para uso específicos à área pública.

e) Permitir visualizar as relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos, distribuídos entre as perspectivas do BSC.

48. Um gerente designou um membro de sua equipe para que o ajudasse no planejamento do projeto, nas áreas do escopo, tempo, custo, qualidade e stakeholders, com vistas a apresentação ao patrocinador do projeto. Ao analisar o planejamento, o gerente percebeu um erro e pediu que o membro designado refizesse o estudo e corrigisse o erro. Levando em consideração os conhecimentos apresentados no Guia PMBOK e na literatura dominante acerca do tema, o erro referia-se a:

- a) estrutura analítica de projeto que retratava as entregas hierarquizadas do projeto.
- b) rede PERT que calculava o tempo probabilístico das atividades a serem realizadas.
- c) curva de custo do projeto que se mostrava muito alta na fase de execução.
- d) curva de influência dos stakeholders que tendia a zero no início do projeto.
- e) rede CPM que apresentava o menor tempo de elaboração do projeto.

ADMINISTRAÇÃO GERAL*Douglas Schneider*

49. Uma autarquia estadual decidiu adotar o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão estratégica. A equipe responsável pela implantação propôs vincular objetivos de capacitação dos servidores a indicadores de melhoria em processos internos e, a partir destes, a metas de satisfação dos cidadãos atendidos. Nesse contexto, a lógica adotada reflete o princípio do *balanced scorecard* segundo o qual

- a) cada perspectiva deve possuir indicadores independentes das demais, para evitar sobreposição de metas entre dimensões estratégicas.
- b) a perspectiva financeira limita-se ao registro de custos operacionais incorridos, devendo permanecer subordinada às demais perspectivas.
- c) os objetivos distribuídos nas perspectivas conectam-se por relações de causa e efeito, formando uma cadeia lógica que traduz a estratégia em termos operacionais.
- d) a perspectiva de processos internos é a única que admite indicadores quantitativos, ao passo que as demais se valem de medidas exclusivamente qualitativas.
- e) o mapa estratégico deve conter, no mínimo, seis perspectivas para contemplar todas as dimensões relevantes de uma organização pública.

50. O diretor administrativo de uma empresa optou por agrupar as atividades organizacionais segundo as grandes funções desempenhadas, criando unidades como finanças, produção, *marketing* e recursos humanos. Cada unidade ficou responsável por desenvolver especialização técnica em sua respectiva área. O critério de departamentalização adotado é o

- a) funcional, que agrupa atividades com base na similaridade de funções e favorece a especialização dos recursos dentro de cada área.

- b) divisional por produto, que organiza as unidades em torno das linhas de produtos oferecidas ao mercado, promovendo autonomia operacional.
- c) matricial, que combina dois critérios simultâneos de agrupamento e permite que cada colaborador responda a mais de uma chefia.
- d) por processos, que estrutura a organização em torno das etapas sequenciais de transformação de insumos em produtos ou serviços.
- e) geográfico, que distribui as unidades conforme a localização territorial dos mercados atendidos, descentralizando a tomada de decisão regional.

51. Em uma secretaria de Estado, o nível institucional definiu a diretriz de ampliar o acesso da população a serviços digitais. A coordenadoria de tecnologia elaborou um plano setorial com metas de implantação de sistemas em 18 meses. A equipe técnica subordinada estruturou cronogramas semanais de desenvolvimento e testes. A sequência descrita ilustra a relação entre os níveis de planejamento

- a) operacional, tático e estratégico, nessa ordem, pois o planejamento parte das atividades concretas e se consolida nas diretrizes de longo prazo.
- b) estratégico, operacional e tático, nessa ordem, pois o plano setorial configura desdobramento operacional imediato da estratégia.
- c) estratégico, tático e operacional, nessa ordem, evidenciando o desdobramento de diretrizes amplas em planos setoriais e, destes, em ações detalhadas de execução.
- d) tático, estratégico e operacional, nessa ordem, pois a fixação de metas setoriais antecede a definição da diretriz institucional e orienta a elaboração dos cronogramas.
- e) estratégico, tático e operacional, nessa ordem, sendo o plano tático caracterizado por abrangência organizacional ampla e horizonte temporal superior ao do plano estratégico.

52. Uma organização pública iniciou projeto de melhoria da gestão de seus processos. O diagnóstico constatou que a maioria dos processos é executada de forma *ad hoc*, sem padronização, e que os resultados dependem do esforço individual dos servidores envolvidos. Em modelos de maturidade de processos, essa situação corresponde ao nível em que

- a) os processos são documentados e padronizados, mas ainda não dispõem de indicadores sistemáticos de desempenho.
- b) os processos são realizados sem padronização formal, com resultados imprevisíveis e dependentes da iniciativa individual dos executores.
- c) os processos são medidos e controlados por indicadores quantitativos, permitindo intervenções corretivas baseadas em dados.
- d) os processos são gerenciados de forma integrada, com governança estabelecida e alinhamento entre objetivos de processo e objetivos institucionais.
- e) os processos são continuamente otimizados com base em inovação e em práticas de *benchmarking* setorial.

53. A equipe de planejamento de uma fundação pública identificou que seus servidores possuem elevada qualificação técnica, mas que a legislação orçamentária vigente impõe restrições severas à contratação de novos colaboradores. Na análise *SWOT*, esses fatores devem ser classificados, respectivamente, como

- a) oportunidade e ameaça, pois ambos são elementos externos que influenciam a capacidade de atuação da fundação.
- b) força e fraqueza, pois ambos dizem respeito a características internas da fundação, sendo uma positiva e outra negativa.
- c) oportunidade e fraqueza, pois a qualificação técnica decorre do ambiente externo e a restrição orçamentária é limitação interna de gestão.

d) força e ameaça, pois a qualificação dos servidores é atributo interno favorável, enquanto a restrição legislativa constitui fator externo desfavorável.

e) força e oportunidade, pois tanto a qualificação técnica quanto o cenário legislativo representam condições a serem exploradas em favor da organização.

54. A diretoria de uma organização pública autorizou a implantação de um novo sistema eletrônico de protocolo, com prazo definido de dez meses, orçamento fixado e equipe temporária designada. Concluída a implantação, a operação cotidiana do sistema passou a ser realizada pela equipe permanente, sem prazo de término preestabelecido. No contexto da gestão organizacional, a implantação e a operação descritas correspondem, respectivamente, a

- a) projeto e processo, pois o projeto é um esforço temporário com objetivo singular, enquanto o processo é atividade contínua e repetitiva que sustenta a operação da organização.
- b) processo e projeto, pois a implantação configura atividade meio e a operação subsequente constitui a entrega do resultado principal.
- c) projeto e projeto, pois ambas as fases possuem objetivo definido e mobilizam recursos para o alcance de resultados.
- d) processo e processo, pois as duas fases integram uma cadeia contínua de atividades vinculadas ao mesmo sistema.
- e) programa e operação, pois a implantação envolve um conjunto coordenado de projetos e a operação constitui rotina administrativa do setor.

55. O setor de gestão de pessoas aplicou avaliação de desempenho e constatou que determinado avaliador atribuiu notas concentradas na faixa intermediária da escala a todos os subordinados, evitando registrar desempenhos destacados ou insuficientes. Esse comportamento configura o vício de avaliação denominado

- a) efeito halo, no qual o avaliador generaliza um aspecto positivo do avaliado para os demais itens da avaliação.
- b) efeito *horn*, no qual o avaliador generaliza um aspecto negativo do avaliado para o conjunto dos quesitos avaliados.
- c) recenticidade, na qual o avaliador considera apenas comportamentos recentes do avaliado, desconsiderando o restante do período avaliativo.
- d) leniência, na qual o avaliador atribui notas sistematicamente elevadas a todos os subordinados.
- e) tendência central, na qual o avaliador concentra as avaliações em torno do ponto médio da escala, evitando atribuir valores extremos.

56. Uma secretaria de planejamento definiu dois indicadores para monitorar uma política de capacitação: (I) número de horas de treinamento realizadas por servidor no período; (II) percentual de melhoria nos resultados das avaliações de desempenho dos servidores capacitados. Na tipologia de indicadores, (I) e (II) classificam-se, respectivamente, como indicadores de

- a) eficácia e eficiência, pois o primeiro mede o alcance do objetivo e o segundo mensura a relação custo-benefício do treinamento.
- b) esforço e resultado, pois o primeiro quantifica a execução da ação e o segundo mensura o efeito produzido pela intervenção.
- c) resultado e esforço, pois o primeiro registra a consequência da capacitação e o segundo mede a intensidade do investimento realizado.

d) efetividade e eficácia, pois o primeiro avalia o impacto social e o segundo verifica se o objetivo de treinar foi cumprido.

e) processo e insumo, pois o primeiro acompanha a execução e o segundo identifica os recursos consumidos na capacitação.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

Antônio Daud

57. A Lei nº 14.133/2021 estabelece objetivos fundamentais para o processo licitatório. Entre eles, destaca-se o dever de selecionar a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso, o qual deve considerar:

- a) Exclusivamente o menor preço nominal apresentado na abertura dos envelopes.
- b) O ciclo de vida do objeto, a exemplo dos custos de manutenção, depreciação e impacto ambiental.
- c) A preferência por marcas nacionais, independentemente da qualidade ou preço do produto.
- d) O sigilo do orçamento estimado até a fase de assinatura do contrato administrativo.
- e) O afastamento de microempresas para garantir a economia de escala em grandes lotes

58. Na modalidade Diálogo Competitivo, a Administração deve observar ritos específicos. Sobre essa modalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Possibilidade de ser conduzida por um único agente de contratação.
- b) O edital da fase competitiva deve estabelecer o prazo mínimo de 25 dias úteis para a apresentação das propostas.
- c) É vedada a realização de fases sucessivas durante a etapa de diálogo.
- d) A Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- e) Admite-se como critério de julgamento apenas o maior lance

59. É inexigível a licitação, por haver inviabilidade de competição, no seguinte caso exemplificado pela Lei nº 14.133/2021:

- a) Contratação de obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 100.000,00.
- b) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) Licitação deserta realizada há menos de um ano, mantidas as condições do edital original.
- d) Contratação de serviços de limpeza e vigilância por tempo determinado.
- e) Aquisição de pães, frutas e outros gêneros perecíveis durante o período de realização de novo certame

60. A respeito do Sistema de Registro de Preços (SRP), é correto afirmar que:

- a) A vigência máxima da correspondente ata é de 12 meses, vedada prorrogação.
- b) A existência de preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) obriga a Administração a contratar o fornecedor imediatamente.
- c) Pode ser utilizado para a contratação de bens, serviços e até mesmo obras de engenharia, desde que atendidos certos requisitos.
- d) O critério de julgamento obrigatório é o de melhor técnica.
- e) É vedada a adesão por órgãos que não participaram das etapas iniciais do procedimento

61. Sobre a duração dos contratos administrativos na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos:

- a) Estão limitados ao encerramento do exercício financeiro, sem possibilidade de prorrogação.
- b) Poderão ter vigência inicial de até 5 anos, podendo ser prorrogados sucessivamente até o limite de 10 anos.
- c) Devem ter prazo indeterminado, desde que haja orçamento disponível.
- d) Podem ser prorrogados indefinidamente, caso o prestador de serviço seja uma autarquia.
- e) Devem ser encerrados obrigatoriamente a cada 12 meses para nova licitação

62. As chamadas "cláusulas exorbitantes" conferem à Administração prerrogativas nos contratos administrativos. Entre elas, a possibilidade de alteração unilateral do contrato incide:

- a) Apenas sobre as cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
- b) Sobre qualquer cláusula, independentemente da concordância do contratado ou manutenção do equilíbrio.
- c) Apenas sobre as cláusulas regulamentares, respeitados os limites legais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- d) Somente nos contratos de valor inferior a R\$ 100.000,00.
- e) Exclusivamente para extinguir o contrato sem necessidade de motivação

63. Sobre a responsabilidade pelos encargos nos contratos administrativos, a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas:

- a) Transfere automaticamente a responsabilidade pelo pagamento à Administração Pública.
- b) Não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento, exceto em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, se comprovada falha na fiscalização.
- c) É de responsabilidade solidária da Administração em todos os casos de compras.
- d) Só pode ser cobrada do Estado se o contrato for de baixo valor.
- e) Exime o contratado de qualquer sanção administrativa

64. A sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar apresenta, nos termos da Lei 14.133/2021, a seguinte característica:

- a) Prazo de duração de 1 a 2 anos.
- b) Alcance restrito apenas ao órgão que aplicou a penalidade.

c) Competência para aplicação exclusiva de autoridades de nível de Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Municipal.

d) Impossibilidade de reabilitação do sancionado em qualquer tempo.

e) Aplicação obrigatória para casos de atraso de 2 dias na entrega de mercadoria

**LEIS ADMINISTRATIVAS - LEI DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA LEI Nº
8.429/1992; PROCESSO ADMINISTRATIVO:
CONCEITO, PRINCÍPIOS, FASES E
MODALIDADES. LEI Nº 12.527/2011 (LEI DE
ACESSO À INFORMAÇÃO). LEI GERAL DE
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD
(LEI Nº 13.709/2018 COM REDAÇÃO DADA
PELA LEI Nº 13.853/2019**

Rodrigo Bet

65. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A LGPD aplica-se aos tratamentos de dados realizados com propósitos exclusivamente jornalísticos.
- b) Dado pessoal corresponde à informação relativa a uma pessoa natural que não seja identificada ou que não seja possível identificar.
- c) Anonimização é definida como a aplicação de recursos técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a capacidade de ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.
- d) Os agentes de tratamento são o controlador e o encarregado.
- e) O bloqueio consiste na exclusão do dado ou do conjunto de dados armazenados em um banco de dados, independentemente do método utilizado.

66. De acordo com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) é incorreto afirmar que:

- a) A ANPD poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais.
- b) A ANPD poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD.
- c) A ANPD poderá sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.
- d) A ANPD não poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.
- e) A ANPD poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

67. De acordo com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), caso a autoridade nacional identifique descumprimentos, por parte dos agentes de tratamento de dados, eles estarão sujeitos a uma série de sanções administrativas, que poderão ser aplicadas pela autoridade nacional. Não faz parte de rol de sanções previstos:

- a) Advertência.
- b) Multa diária limitada no total a 50 milhões.
- c) Publicização da infração.
- d) Suspensão do tratamento dos dados a que se refere a infração.
- e) Multa simples limitada no total a 70 milhões por infração.

68. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), somente informações consideradas cruciais para a segurança da sociedade ou do Estado podem ser classificadas como sigilosas.

Entre as opções abaixo, qual informação se enquadra nos critérios de sigilo por ser imprescindível à segurança?

- a) Dados não confidenciais recebidos de nações estrangeiras ou entidades internacionais.
- b) Dados sem impacto na estabilidade econômica, financeira ou monetária nacional.
- c) Dados que apresentem potencial de risco a planos ou operações estratégicas militares das Forças Armadas.
- d) Dados que não comprometam a integridade territorial.
- e) Dados que não ameacem a defesa e a soberania do país.

69. A LAI tipificou condutas ilícitas que podem ensejar a responsabilidade administrativa dos agentes envolvidos, resultando na aplicação das sanções. Tendo isto como ponto de partida, não constitui uma conduta ilícita:

- a) Recusar-se a fornecer informação legalmente requerida.
- b) Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.
- c) Fornecer intencionalmente informação incorreta, incompleta ou imprecisa.
- d) Impor sigilo à informação, para segurança do estado, quando necessário.
- e) Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a outrem.

70. Nos termos da LIA (Lei de Improbidade Administrativa), constitui um exemplo de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- a) Utilizar em proveito próprio, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel do poder público, bem como o trabalho de servidores públicos ou terceirizados por elas contratados.
- b) Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a indevida incorporação ao patrimônio particular de bens ou valores públicos.
- c) Doar, ainda que de fins educativos ou assistências, bens ou valores públicos, sem observância das formalidades legais aplicáveis.
- d) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- e) Conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário que contrarie as regras referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

71. A aplicação das sanções previstas na LIA (perda da função pública, suspensão de direitos políticos, multa civil, etc) é competência:

- a) Poder Judiciário, apenas.
- b) Tribunal de Contas, apenas.
- c) Tribunal de Contas e Poder Judiciário, apenas.
- d) Poder Executivo e Poder Judiciário, apenas.
- e) Poder Executivo, apenas.

72. De acordo com a Lei 9.784/1999, são deveres do administrado:

- a) Expor os fatos conforme a verdade e vontade.
- b) Proceder com lealdade, rispidez e boa-fé.
- c) Agir de modo temerário.
- d) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

e) Prestar as informações que lhe forem solicitadas, apenas.

73. De acordo com a Lei 9.784/1999, o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- a) Órgão ou autoridade administrativa a que se dirige.
- b) Identificação do interessado, vedada a representação por terceiro.
- c) Domicílio do requerente, sem a necessidade do local para recebimento de comunicações.
- d) Formulação do pedido, com exposição exclusiva dos fatos.
- e) Data e assinatura do requerente, sem possibilidades para o seu representante.

74. De acordo com a Lei 9.784/1999, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- a) Tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- b) Esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- c) Esteja litigando exclusivamente de forma judicial com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) Tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau.
- e) Tenha interesse direto na matéria, apenas.

75. As ações que buscam as sanções cominadas na LIA (Lei de Improbidade Administrativa) prescrevem em:

- a) 5 anos.
- b) 2 anos.
- c) 8 anos.
- d) 6 anos.
- e) 10 anos.

76. Nos termos da LIA, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. No entanto, caso o agente público se recuse a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado ou forneça declaração falsa, ele sofrerá a pena de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Mudança de sede.
- e) Demissão.

GESTÃO DE PESSOAS

Stefan Fantini

77. O mapeamento de competências tem como finalidade principal identificar

- a) os estilos de liderança predominantes entre os ocupantes dos cargos estratégicos da organização.
- b) a diferença entre os objetivos institucionais e os resultados efetivamente alcançados pela organização.
- c) a lacuna, ou gap, entre as competências disponíveis na organização e aquelas requeridas para o adequado desempenho dos cargos e funções.

d) os fatores externos que influenciam a motivação dos servidores no ambiente de trabalho.

e) a compatibilidade entre a estrutura organizacional e o nível de formalização dos processos internos.

78. No campo da gestão de pessoas, determinados processos podem ser agrupados conforme sua finalidade principal, especialmente no que se refere ao acompanhamento da trajetória do indivíduo na organização, ao estímulo ao seu crescimento e ao reconhecimento de sua contribuição.

De acordo com essa classificação, os processos de gestão de pessoas são organizados em

- a) desenvolvimento, administração eficiente e transparência.
- b) prestação do serviço, capacitação e publicidade.
- c) publicidade, satisfação e prestação do serviço.
- d) avanços, lucro e transparência.
- e) movimentação, desenvolvimento e valorização.

79. Em determinado processo seletivo, uma organização dispõe de diversas vagas e conta, igualmente, com vários candidatos. Cada candidato é confrontado com as exigências de um cargo específico. Caso seja considerado apto, poderá ser admitido para aquela vaga; se não atender aos requisitos, passa a ser avaliado em relação a outros cargos ainda disponíveis, até o esgotamento das possibilidades.

Esse modelo de seleção é denominado

- a) comparação.
- b) incidentes críticos.
- b) colocação.
- d) classificação.
- e) escolha forçada.

80. Na teoria da criação do conhecimento organizacional, Nonaka e Takeuchi explicam que o conhecimento é produzido por meio da interação contínua entre as dimensões de conhecimento tácito e explícito, havendo diferentes formas de conversão entre elas.

Com base nessa abordagem, assinale a alternativa correta.

- a) A conversão de conhecimento tácito em explícito corresponde à socialização.
 - b) A conversão de conhecimento explícito em tácito é chamada de internalização.
 - c) A conversão de conhecimento explícito em explícito é chamada de internalização.
 - d) A conversão de conhecimento tácito em tácito corresponde à externalização.
 - e) A conversão de conhecimento explícito em tácito é chamado de combinação.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
